

DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
- CNPJ/MF: 92.665.611/0001-77
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Antônio Carlos Tocchetto Napp
- Atividades: prestadas na matriz e suas filiais: (i) Drogeria, que funcionará em todos os estabelecimentos da empresa, destinada ao comércio varejista de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais, e que funcionará em dependências separadas por balcões ou divisórias das demais seções de produtos que se enquadram no conceito legal de “drogeria”; (ii) Farmácia, que além dos objetivos constantes dos estatutos, no que se enquadra, efetuará a manipulação de drogas; (iii) Drogeria Agro-Veterinária, destinada ao comércio varejista de produtos agro-veterinários, implementos agrícolas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes, adubos simples e compostos, sarnecidas e demais produtos químicos, minerais e orgânicos, utilizados na agricultura, na avicultura e congêneres; (iv) Seção de Loja de Conveniência e “Drugstore”, que funcionará em todos os estabelecimentos da empresa, em dependências separadas por balcões ou divisórias, destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, chocolates, refrigerantes, bebidas isotônicas, água mineral, sorvetes, alimentos congelados, alimentos e cereais infantis, sopas, balas, produtos de higiene e limpeza, perfumarias tais como pilhas, filmes, fitas cassete e de vídeo para gravação, artigos de habitação, aparelhos elétricos de uso doméstico, óculos, brinquedos, livros educativos e jornais; (v) Comércio Atacadista, que funcionará com a distribuição de produtos de seu comércio em filiais atacadistas da Emissora; (vi) Importação e Exportação de artigos de sua atividade comercial; (vii) Prestação de Serviços, tais como: reprodução de documentos em cópias fotostáticas, revelação de fotografias em laboratório especialmente instalado nos estabelecimentos, em locais adequados e separados para máquinas de foto acabamento, vendas de fichas ou cartões para telefones públicos, aplicação de injeções, bem como locação e sublocação de aeronaves por ato do Conselho de

Administração; (viii) Prestação de Serviços de interesse comunitário, tais como recebimentos de contas, mediante convênios, de água e esgotos, de energia elétrica, de telefone, tributos e contribuições; (ix) Participação no capital de outras sociedades, por ato do Conselho de Administração; e (x) Atividades de atenção à saúde humana, tais como serviços de vacinação e imunização humana e atividades de atenção ambulatorial não especificados anteriormente.

## Características da Emissão

- Emissão: 1ª
  - Séries: Única
  - Data de Emissão: 22/09/2014
  - Data de Vencimento: 22/09/2020
  - Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
  - Código Cetip/ISIN: PNVL11/ BRPNVLDBS001
  - Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
  - Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) a investimentos na ampliação e abertura de lojas comerciais da Emissora; (ii) a reformas em centros de distribuição da Emissora; e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora relacionados exclusivamente aos investimentos indicados nos incisos (i) e (ii) anteriores.
  - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE\*, realizada em 29/04/2016, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação que aprovou o aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 30/06/2016, foram aprovadas alterações no Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 3º, em virtude de deliberação de supressão da atividade constante na letra 'j', referente à tele-entrega dos produtos de seu comércio; (ii) artigo 9º, em virtude de deliberação de alteração do número máximo de Conselheiros de Administração, (iii) letra 'j' do artigo 10, em virtude de deliberação de alteração relativamente à periodicidade do exame e aprovação dos balancetes e balanços pelo Conselho de Administração; (iv) inclusão da letra 'o' ao artigo 10, em virtude de deliberação de criação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; e (v) parágrafo segundo do artigo 11, em virtude de deliberação de alteração da designação do cargo de "Diretor Superintendente" para "Diretor Presidente.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 1,33 em 2015 para 1,38 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,71 em 2015 para 1,59 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 0,74 em 2015 para 0,63 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 2,61 em 2015 para 2,59 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 26,5% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 4,7% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 5,3% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 31,3% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 2,2% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 100.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,31% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

22/03/2016 – R\$ 7.407,567000

22/09/2016 – R\$ 7.653,035399

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 600

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 600

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;

- Amortização: não houve;
  - Conversão: não aplicável;
  - Repactuação: não aplicável;
  - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
  - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento de obrigações não pecuniárias\*.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será considerado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 08 (oito) dias úteis a contar da comunicação acerca do descumprimento.

\*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe [comunicados@pentagonotrustee.com.br](mailto:comunicados@pentagonotrustee.com.br), ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem





orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.903	14.229	22.340	17.002
Contas a receber de clientes	8	180.017	184.094	182.428	188.867
Estoques	9	349.739	300.695	357.037	307.840
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	7.225	3.598	8.021	4.691
Impostos a recuperar	11	3.038	1.425	3.140	1.567
Demais contas a receber		16.795	19.736	17.474	19.917
		<b>578.717</b>	<b>523.777</b>	<b>590.440</b>	<b>539.884</b>
<b>Não Circulante</b>					
Impostos a recuperar	11	1.719	2.019	1.719	2.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	15	3.108	4.560	3.152	4.579
Depósitos judiciais	23	8.820	6.935	9.072	7.110
Outros ativos		599	798	599	798
		<b>14.246</b>	<b>14.312</b>	<b>14.542</b>	<b>14.506</b>
Investimentos em controladas	12	41.052	37.751	-	-
Outras participações		279	279	284	284
Imobilizado	13	191.703	183.624	200.908	193.907
Intangível	14	14.668	11.341	14.799	11.386
		<b>261.948</b>	<b>247.307</b>	<b>230.533</b>	<b>220.083</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>840.665</b>	<b>771.084</b>	<b>820.973</b>	<b>759.967</b>

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	250.882	210.222	250.242	209.763
Empréstimos e financiamentos	18	28.661	20.104	28.778	20.221
Obrigações por arrendamento mercantil	22	717	717	717	717
Impostos, taxas e contribuições a pagar	19	23.783	24.840	25.325	26.502
Férias a pagar		20.230	17.801	20.656	18.182
Participações a pagar	20	10.261	5.865	10.580	5.884
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	-	377	1.103
Partes relacionadas	33	22.270	14.434	-	-
Programa Fidelidade	21	3.953	4.341	3.953	4.341
Juros sobre capital próprio a pagar		5.432	5.651	5.432	5.651
Adiantamento de clientes		1.599	3.640	1.599	3.676
Credores diversos		22.655	19.420	22.825	19.569
		<b>390.443</b>	<b>327.035</b>	<b>370.484</b>	<b>315.609</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	59.042	87.388	59.195	87.657
Obrigações por arrendamento mercantil	22	139	855	139	855
Provisões	23	6.594	6.993	6.708	7.033
Parcelamento de tributos		371	1.045	371	1.045
Receitas diferidas – subvenção de investimentos	24	2.426	3.626	2.426	3.626
		<b>68.572</b>	<b>99.907</b>	<b>68.839</b>	<b>100.216</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26	325.000	295.000	325.000	295.000
Reservas de lucros	26	56.783	50.468	56.783	50.468
Ações em tesouraria	26	-133	-1.326	-133	-1.326
		<b>381.650</b>	<b>344.142</b>	<b>381.650</b>	<b>344.142</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>840.665</b>	<b>771.084</b>	<b>820.973</b>	<b>759.967</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Anexo 2

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação).

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços	28	2.122.247	1.979.543	2.128.732	1.986.026
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	29	(1.610.765)	(1.532.672)	(1.608.447)	(1.534.454)
<b>Lucro bruto</b>		<b>511.482</b>	<b>446.871</b>	<b>520.285</b>	<b>451.572</b>
Despesas com vendas	30	(490.442)	(405.173)	(490.486)	(403.658)
Despesas administrativas	30	(58.046)	(49.281)	(60.468)	(51.741)
Resultado de equivalência patrimonial	12	5.401	4.299	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	31	135.785	94.576	135.561	94.666
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>104.180</b>	<b>91.292</b>	<b>104.892</b>	<b>90.839</b>
Receitas financeiras	32	4.294	4.064	5.894	6.274
Despesas financeiras	32	(26.295)	(29.081)	(24.769)	(28.398)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(22.001)</b>	<b>(25.017)</b>	<b>(18.875)</b>	<b>(22.124)</b>
<b>Lucro oper. antes do IR, da CSLL e das participações</b>		<b>82.179</b>	<b>66.275</b>	<b>86.017</b>	<b>68.715</b>
Participações	30	(12.939)	(6.674)	(13.305)	(6.714)
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>		<b>69.240</b>	<b>59.601</b>	<b>72.712</b>	<b>62.001</b>
Corrente	16	(14.730)	(13.439)	(18.226)	(15.832)
Diferido	16	(1.451)	(894)	(1.427)	(901)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>53.059</b>	<b>45.268</b>	<b>53.059</b>	<b>45.268</b>
Atribuível à:					
<b>Acionistas da companhia</b>		<b>53.059</b>	<b>45.268</b>	<b>53.059</b>	<b>45.268</b>
Lucro por ação (média ponderada) atribuível a acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico/diluído por ação ordinária	27	11,53	9,83	11,53	9,83
Lucro básico/diluído por ação preferencial	27	12,68	10,82	12,68	10,82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da Dimed S.A. – Distribuidora de Medicamentos S.A.

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dimed S.A. – Distribuidora de Medicamentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimed S.A. – Distribuidora de Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Registro das operações de venda e ambiente de tecnologia da informação – Controladora e Consolidado**

Conforme descrito na nota explicativa 28, em 31 de dezembro de 2016 a receita líquida do exercício 2016 foi de R\$ 2.122.247 mil na controladora e R\$ 2.128.732 mil no consolidado. As receitas da Companhia são oriundas da comercialização de produtos e mercadorias tanto no segmento de varejo quanto no segmento de atacado. O registro contábil da receita no segmento varejo é uma das principais áreas de foco na auditoria em razão do grande número de transações de baixo valor individual e da significativa utilização e dependência de seus sistemas de informática para garantir a integridade, existência e precisão das receitas registradas. Devido à relevância dos valores envolvidos, do alto nível de utilização e dependência dos sistemas de informática e do alto volume de transações processadas que pode impactar o valor registrado de receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

***Como nossa auditoria conduziu esse assunto***

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o teste do desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre o registro da receita de venda e avaliação sobre a aplicação das políticas apropriadas em comparação com as normas contábeis relevantes. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia de informação para avaliação, em base amostral, das interfaces dos sistemas de reconhecimento da receita e dos controles gerais de tecnologia da informação. Avaliamos a adequação das movimentações de estoques e reconhecimento de custo das mercadorias vendidas com o reconhecimento de receita. Executamos procedimentos de auditoria para testar a integridade das receitas registradas acompanhando a emissão de notas fiscais nos pontos de venda e seu posterior registro contábil e comparamos com informações de mercado, quando disponíveis. Adicionalmente, analisamos a conciliação entre o sistema de vendas com as informações registradas contabilmente e observamos o comportamento do faturamento de vendas no atacado nos últimos dias do mês de dezembro/2016 para avaliação de risco relacionado ao “corte” de receitas no final do exercício. Efetuamos análise do tíquete médio de venda, comparando as vendas fora do intervalo esperado com informações de mercado, quando disponíveis, e efetuamos análise de tendências e comportamento da receita reconhecida com dados históricos da Companhia. Analisamos os lançamentos manuais nas contas de receita de vendas e usuários que efetuaram esses registros. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre as políticas contábeis de reconhecimento de receita.

### **Acordos comerciais – Controladora e Consolidado**

Conforme descrito nas notas explicativas 2.6.3 e 31, durante o curso normal de suas atividades a Companhia negocia uma série de acordos comerciais com seus fornecedores para compra de mercadorias que futuramente serão revendidas aos clientes. Os acordos comerciais possuem uma gama de condições e características individuais que requerem da Companhia estimativas e julgamentos para reconhecer contabilmente os benefícios econômicos oriundos de cada negociação. Face ao elevado número de transações individuais e algumas de natureza complexa e o alto grau de julgamento envolvido no reconhecimento contábil de cada uma das vantagens comerciais negociadas com seus fornecedores e a relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto***

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o teste do desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre o processo de compras e acordos comerciais e avaliação sobre a aplicação das políticas apropriadas em comparação com as normas contábeis relevantes. Efetuamos teste nos contratos de acordos comerciais e das condições negociadas, analisamos as cláusulas e condições relevantes dos contratos firmados, recalculamos os valores de transações, em base amostral, analisando o adequado reconhecimento contábil e posterior liquidação financeira. Efetuamos teste documental e de liquidação financeira. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia.

### **Outros Assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos

responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2